

Dor e mágoa de quem viveu união forçada e prematura

DOR e mágoa é o sentimento de uma jovem que, a partir dos 14 anos, foi forçada pelos próprios familiares a viver em união forçada e prematura, com um homem cuja idade se equipara à do seu avô.

Ana João (nome fictício), do distrito de Malanje, no Niassa, partilhou a triste história durante a Conferência Nacional sobre a Lei de União Forçada e Prematuras, promovida recentemente, em Maputo.

A iniciativa foi da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), liderada pela activista social Graça Machel.



Dor e mágoa de quem foi forçada a viver união forçada e prematura

Numa intervenção virtual, a partir de Malanje, Ana João, entre lágrimas e soluços, contou ter sido arrastada para a união prematura quando tinha apenas 14 anos. Por razões que até hoje desconhece e que ninguém da família soube revelar. "Nessa união havia muita coisa oculta", conta.

Durante a narração, a jovem pediu desculpas ao pai-

nel e a todos os que acumpriavam a conferência por não conseguirem contar a tristeza que sentia ao revelar a sua triste e penosa história.

"Partilhei a minha experiência e humilhante mas, ao mesmo tempo, é uma vantagem porque aproveitou desabafar os momentos de dor e mágoa por que posso durante os dois anos em que viveu ma-

ritalmente", conta Ana, aproveitando a ocasião para agradecer aos activistas sociais que trabalharam para o seu resgate da união prematura e forçada.

Revelou que não foi ao lar por vontade própria, não tendo sido consultada se queria ou não o tal homem e não foi se queixava de algo em que a levaram para o lar.

"Durante o período em

que estive no lar estudava as escondidas porque o meu ex-marido me proibiu. Tinha muitas falhas por causa disso e quando conseguisse sair de casa não assistia todas as aulas, pois, teria que ele descobrisse o meu espantoso", disse.

A jovem, explica que só se apercebeu que estava em união forçada, prematura e

perante uma violação dos seus direitos, depois de participar de uma palestra na escola sobre a sexualidade e uniões forçadas, convidada pelas colegas.

"Nesse encontro, as activistas falaram coisas que me levaram a perceber que a vida que eu levava não era boa, embora eu mesma percebesse que não era aquilo que queria", explica.

Esta é a história de milhares de adolescentes moçambicanas que vivem situações semelhantes, situação que contraria os esforços para a erradicação desta mal, entendidos pelo governo, organizações da sociedade civil e parceiros de cooperação.

São histórias arrepiantes que denunciam a necessidade de uma intervenção urgente junto às comunidades, passando pela sensibilização e aplicação da lei aos violadores.

A pobreza e o desconhecimento da lei são apontados como principais factores que continuam a levar famílias a empurrar suas filhas para uniões prematuras.

Avô faz da neta sua esposa

ESTA triste e arrepiante história foi denunciada há dias às autoridades policiais, no distrito de Dondo em Sotola. Trata-se de um casal, o homem de 65 anos e a mulher de 55 que obrigou a própria neta de 14 anos, filha da filha de ambos a se envolver sexualmente com o avô, uma vez que a avó já não correspondia aos desejos carniais do marido.

O episódio iniciou nos finais do ano passado, quando a segunda esposa do idoso perdeu a vida. O homem, inconsolado, solicitou a outra mulher que o ajudasse a encontrar uma companheira. A mulher resistiu ao pedido do marido até que a relação entre ambos começou a ardear.

Em Janeiro deste ano, a adolescente, órfã de pai, passou a viver com o casal, fugindo dos maus tratos da mãe. Foi quando a mulher sugeriu ao marido que tentasse a neta em esposa.

"Eu falei para ele que como já não precisava mais de mim, que levasse a minha neta em minha substituição", revelou a mulher, salientando que a sua proposta foi aceite de imediato pelo marido, entretanto, recusada pela adolescente.

"A minha avó disse-me

que se eu não dormisse com o meu avô ele corria o risco de perder a vida e temendo isso, aceitei e de lá até hoje posso dormir com o vovô, mesmo sem querer", desabafa a adolescente.

O crime sexual iniciou em Fevereiro deste ano, e o análogo, gradualmente deixou de se envolver sexualmente com a sua esposa, preferindo a moçidade da neta. Revoltada com a rejeição, a avó desabafou a um familiar, este que imediatamente, tratou de denunciar o crime às autoridades competentes.

Em contacto a imprensa, já na Esquadra da Polícia, o idoso reconheceu o acto e pediu desculpas pelo crime.

"O satanas tomou conta de mim, não esperava estar aqui hoje, estraguei a minha vida, pouco desculpas", disse o idoso que vai responder em prisão, juntamente com a sua esposa.

LEI PROTEGE DE 14 ANOS
DO POSTO administrativo de Chibembe, distrito de Chokwe, em Gaza, interveio a jovem Marlene Uliose, de 17 anos de idade, também resgatada de união prematura em 2019, quando frequentava a 9ª



União prematuras impedem o desenvolvimento da rapariga

classe.

Hoje, estudante da 12ª classe, Marlene conta que em 2018, com 14 anos de idade, conheceu um jovem de 30 anos e pouco tempo depois abandonou os estudos e juntou-se ao namorado.

"Quando isso aconteceu, a minha mãe que me chamava sempre atenção ficou muito preocupada e procurou a direcção da escola para apre-

sentar a situação", disse para quem o esforço de mãe, da escola e dos conselheiros do projecto da FDC contribuiu para o seu resgate daquela união.

Segundo Marlene, a parte mais triste da história foi o facto de o seu "ex-companheiro", não a ter deixado frequentar a escola.

A jovem, explica que só se apercebeu que estava em união forçada e prematura e

escolher entre ele e a escola", explica, acrescentando que uma vez que tinha conhecimento dos seus direitos optou pela escola tendo, consequentemente, regressado à casa da sua mãe, mas em estado de gravidez. Porém, a criança não resistiu, tendo encontrado a morte.

Os seus autores, alegam para a contínua prática destes crimes, os hábitos e costumes locais.

Não quero mais saber de relacionamentos



A lei deve ser severa para desencorajar crimes lésbicos

MARILIA ATÁLIA, 19 anos de idade, do distrito da Macia, experimentou o lar aos 15 anos, após a morte dos pais que deixaram sob sua responsabilidade cinco irmãos, sendo ela a mais velha.

"Fiquei apenas dois anos no lar e voltei para casa com o meu filho, porque ele (o marido) não queria que eu recebesse visita dos meus irmãos, ao mesmo tempo que eu não deixava ir vê-los. Eu não podia aceitar isso

porque eles não têm mais ninguém na família", sublinhou.

Com um bebé de quatro anos, Marília Atália está em casa sem esperança de voltar à escola.

"Não tenho como estudar. Tenho os meus irmãos por cuidar, o mais novo com cinco anos e o próprio meu filho que tem apenas quatro. Sou responsável pela alimentação da família e pela educação de todos, pois os nossos tios, irmãos da minha e

do papá, não se aproximam de nós", desabafa a rapariga, que recorre a trabalhos domésticos para garantir o sustento da família.

A jovem garante que não quer ter mais filhos e muito menos casar-se. Para não engravidar, fez um tratamento tradicional, que acredita ser seguro.

"Quando a minha mãe perdeu a vida, fiquei a cuidar de um irmãozinho de seis meses e um

Se tiveres uma doença crónica como HIV, Hipertensão ou Diabetes, continua a ir às consultas e tomar a medicação de forma regular

outro de dois anos e na altura eu tinha 15 anos. Os outros três já eram crescidinhos", referiu a nossa fonte. A jovem garante que não foi forçada por ninguém a viver com um homem. Fê-lo na tentativa de oferecer uma vida melhor aos irmãos.

"O pai do meu filho, que já tinha uma mulher, com quem continua até hoje, disse que se eu casasse com ele haveria de me ajudar a cuidar dos meus irmãos", lembra-se a rapariga que durante o namoro, o homem, então com 35 anos, levava para casa dos órfãos arroz, pó, e, certas vezes, dinheiro. Desde que a Marília Atália decidiu voltar para casa, o homem nunca mais a procurou, nem se quer ajudou a alimentar o filho.

Entretanto, normas sociais, culturais e desigualdades sócio-económicas impulsionam a ocorrência de casamentos prematuros em Moçambique e no mundo. Segundo o censo de 2017 no país, a prevalência de casamentos prematuros é mais que o dobro nas áreas rurais, (35 por cento das raparigas casadas

entre os 15 e 17 anos) do que nas áreas urbanas (15 por cento).

Dados do UNFPA em Moçambique indicam que 12 milhões de raparigas entram na lista de uniões forçadas e prematuras anualmente em todo o mundo. Pesquisas domiciliares (DHS 2011, IMASIDA 2015) descobriram que Moçambique tem uma das maiores taxas de prevalência de casamento prematuro na África e no mundo, com 1 em cada 2 raparigas sendo forçada a casar antes dos 18 anos.

Para a correção desta situação e mesmo sua erradicação, a activista social e Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC), Graça Machel, defendeu no encontro virtual da semana passada o banimento de todas as práticas sociais que prejudicam o desenvolvimento da rapariga, de entre elas as uniões forçadas e prematuras. Disse que mesmo as ditas práticas sociais consagradas e seculares, quando forem prejudiciais à criança, mulher, rapariga e à sociedade no geral devem ser questionadas.